



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES JUDICIAIS REALIZADAS NO ANO DE 2012 NA
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA


David M. Guimarães de M. Mendes
Juiz de Direito



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES JUDICIAIS REALIZADAS NO ANO DE 2012 NA
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

A Comarca de Passagem Franca do Estado do Maranhão abrange os municípios de Passagem Franca e Lagoa do Mato, localizados respectivamente a 494km e 613km de São Luís (Fonte: Google Maps). Segundo o Censo 2010, este possui 10.954 habitantes e aquele 17.576.

O Juiz Titular da Comarca é o Dr. David Mourão Guimarães de Moraes Meneses (desde 21 de janeiro de 2011) e o quadro de servidores é assim composto: dois Oficiais de Justiça (Sara Patrícia Mendes Monteiro e Dalila Araújo dos Santos); três Técnicos Judiciários (Dayana Nogueira de Alencar, Leila Maria Aires e Flávio Ferreira de Lucena), dois Auxiliares Judiciários (Fabrício Ferreira de Lucena e Renata Almeida da Silva), uma Assessora (Verbena Almeida Cardoso) e uma Secretária Judicial (Alda Cely Deusdará Rocha Ferreira). Oportuno ressaltar que o quadro de servidores só veio a completar no mês de junho, tendo-se em vista que antes perdurava uma defasagem de um Técnico Judiciário e de um Auxiliar Judiciário o que dificultou que se alcançasse um desempenho ainda mais expressivo.

Apesar da situação mencionada, a Comarca de Passagem Franca, no ano de 2012, conseguiu ter excelentes resultados, conforme se passa a expor.

I – DA OPEROSIDADE/PRODUTIVIDADE

	Distribuídos	Sentenças	Decisões	Audiências	Sessões do Júri
Janeiro	-	-	-	-	-
Fevereiro	18	65	27	61	-
Março	59	91	15	74	-
Abril	-	-	-	-	-
Maior	66	97	06	93	-
Junho	52	75	07	70	02
Julho	68	90	71	70	02
Agosto	78	104	28	109	-



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

Setembro	59	87	23	28	06
Outubro	60	90	18	89	-
Novembro	91	119	37	241	02
Dezembro	50	58	28	21	-
TOTAL	601	870	260	856	12

A produtividade da comarca, portanto, foi de 144,76%. Houve, assim, um grande incremento nesta, o que se pode perceber melhor a partir do seguinte comparativo:

TOTAL DE	2011	2012	= AUMENTO DE
Processos distribuídos	483	601	24,5%
Processos sentenciados	588	870	47,96%
Produtividade	121,73%	144,76%	18,91%
Audiências realizadas	485	856	76,49%
Sessões do Júri	10	12	20%

A Comarca, no final do ano, contava com um acervo de 1136 processos, sendo 775 Cíveis e 361 Criminais, incluindo os de Juizado Especial.

II - DA PRÁTICA “TRANSAÇÃO PENAL COM TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL”.

No ano de 2012, a Comarca continuou a implementar a prática em epígrafe, com a finalidade de dar uma destinação socialmente responsável aos recursos obtidos em sede de transação penal, nos Juizados Especiais Criminais, como forma de impactar positivamente a realidade em que está inserida.

Oportuno ressaltar que esta prática, já adotada desde o ano de 2011, veio a ter especial aceitação no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o que se percebe por meio da edição da Resolução nº 154, de 13 de Julho de 2012 (“Define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.”). No mesmo sentido, a Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão editou o Provimento nº



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

10/2012. Após a publicação destes dois atos normativos, a Comarca de Passagem Franca teve a preocupação de cumprir todas as formalidades exigidas.

A seguir, transcrevo as notícias veiculadas a respeito pela Assessoria de Comunicação da CGJ, nos meses de fevereiro e junho de 2012.



Justiça, em Passagem Franca, doa computadores e impressoras à Polícia Militar

A Polícia Militar que atua na comarca de Passagem Franca recebeu dois computadores completos e duas impressoras. Os equipamentos foram doados pelo Poder Judiciário local, representado pelo juiz David Mourão Meneses. A entrega foi realizada no último dia 10, e o destacamento da PM beneficiado atua nos municípios de Passagem Franca e Lagoa do Mato. A iniciativa faz parte da prática “Transação Penal com Transparência e Responsabilidade Social” que já vem sendo desenvolvida na comarca desde o início de 2011. Segundo o magistrado, os computadores (CPU, teclado, mouse, kit multimídia e monitor) e as impressoras foram adquiridos com recursos oriundos de transação penal, do Juízo Especial Criminal. A transação penal consiste, entre outras medidas, no pagamento de valor pecuniário, pelos acusados da prática de crimes de menor potencial ofensivo (cuja pena privativa de liberdade máxima não ultrapasse dois anos) e que preencham os requisitos legalmente impostos, como forma de colocar fim ao processo logo no seu início, encerrando o processo e risco de serem condenados ao final.

De acordo com David Mourão, “a importância da doação se evidencia pelo fato de que os destacamentos da Polícia Militar desta comarca não tinham equipamentos de informática,



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

dificultando o desenvolvimento de suas atividades. A partir de agora poderão ter mais um recurso para bem servir à sociedade, principalmente pelo fato de passarem a ter acesso ao sistema Infoseg, podendo consultar, entre outras informações, a existência de mandados de prisão contra eventuais suspeitos detidos”.

Projetos na Comarca

No ano passado, os demais recursos obtidos pelo projeto “Transação Penal com Transparência e Responsabilidade Social” foram revertidos para aquisição de grade de ferro para a Delegacia de Polícia Civil local, de cestas básicas para a população economicamente menos favorecida e para as famílias de presos, de decibelímetro para uso da Polícia Militar, para manutenção de viatura desta e para realização do projeto “Conscientização sobre a importância do voto jovem nas escolas da Comarca de Passagem Franca e do município de Buriti Bravo”.

David Mourão ressaltou, ainda, que todos os dados da prática mencionada e os demais números relativos ao progresso da prestação jurisdicional na Comarca serão objetos de audiência pública de prestação de contas a ser realizada no próximo dia 7 de março. A audiência vai acontecer no Fórum Desembargador Carlos Cezar de Berredo Martins.

* * *



Detento segurando uma das peças expostas na I Mostra de Arte Carcerária

Mostra de arte carcerária é destaque em Passagem Franca

Uma exposição com o objetivo de mostrar ao público a arte com peças artesanais de presos, bem como trabalhar a ressocialização. Assim foi a I Mostra de Arte Carcerária de Passagem Franca, realizada no fim de semana, no Salão do Júri da Comarca de Passagem Franca e em praças do município.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

Para comprar a matéria-prima para a fabricação das peças, o juiz repassou parte dos valores obtidos através de transações penais, ressaltando, ainda, que os dias trabalhados seriam computados para a redução das penas, conforme versa a Lei de Execuções Penais.

“A intenção é expor os produtos artesanais fabricados pelos presos da delegacia de polícia local e vendê-los, revertendo os valores obtidos em favor destes e de seus familiares”, destaca o juiz David Mourão Guimarães Meneses, idealizador e coordenador do projeto.

“A idéia surgiu quando vi um cofre fabricado por um dos presos. A partir daí, passei a incentivá-los a produzirem mais, dizendo-lhes que seria realizado um evento para a exposição e venda destes, com reversão dos valores em seu favor”, destacou o juiz.

Na solenidade de abertura, o delegado de Polícia Firmino Pio Vilarinbo Neto ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pelo magistrado. “No início, os presos produziam apenas alguns pequenos cofres. Depois do apoio do dr. David, eles passaram a sentir-se mais estimulados, desenvolvendo novos produtos, como trofêus, quadros, cestas e inclusive um abajur com instalação elétrica”, observou.

Também presente ao evento, o magistrado aposentado Nilo Bandeira Barra, representando o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão. “Fico feliz em participar de uma iniciativa brilhante como esta. São atividades que, sem dúvidas, contribuem para a melhoria social”, frisou Nilo Bandeira.

O promotor de Justiça Carlos Almeida Pinto Júnior também destacou a realização da mostra. “Realizar uma atividade com este princípio desperta nos apenados o desejo de ressocialização, além de dar a eles uma oportunidade de reconquistar a confiança da comunidade na qual estão inseridos”, enfatizou o promotor.

David Mourão Meneses fez questão de, além da mostra no salão do júri da comarca, levá-la até as praças públicas locais, aproveitando os festejos de São João.

“Tivemos que levar essa arte a mais pessoas, destacando a mostra até as praças. É preciso acreditar sempre na ressocialização e, para isso, eles precisam de um voto de confiança”, finalizou David. Além do juiz, compuseram a mesa de honra do evento os advogados Haroldo Cavalcante Coelho e Rânisson Bandeira, o delegado Firmino Pio Vilarinbo Neto, o juiz Nilo Bandeira Barra, o vereador Raimundo Másculo Saraiva e o promotor de Justiça Carlos Almeida Pinto Júnior.

III – DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.

Do mesmo modo, por acreditar que a legitimação do Poder Judiciário só pode ser alcançada por meio de práticas que o aproximem cada vez mais da sociedade civil organizada, a Comarca de Passagem Franca, continuou, no ano de 2012, realizando diversas audiências públicas. No total foram quatro: uma na Justiça Comum, no dia 08/03/2012, para prestação de contas das atividades judiciais desenvolvidas no ano de 2011 e três na Justiça Eleitoral, sendo uma em cada município da 44ª Zona Eleitoral, para conscientização da população acerca de normas eleitorais e da necessidade de votar consciente. Estas últimas, inclusive, renderam elogios públicos de parte do Corregedor Regional Eleitoral, Des. José Bernardo Rodrigues, no auditório do



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

Tribunal Regional Eleitoral, em reunião de trabalho realizada no mês de setembro próximo passado. Transcreve-se o noticiado pelas Assessorias de Comunicação da CGJ e do TRE-MA.

Justiça em Passagem Franca realiza audiência para prestação de contas

O Poder Judiciário em Passagem Franca, representado pelo juiz David Mourão Guimarães de Moraes Meneses, titular da comarca, realizou uma audiência pública com o objetivo de prestar contas sobre o trabalho da Justiça na comarca e promover a aproximação entre Justiça e Comunidade, bem como mostrar as boas práticas desenvolvidas. A audiência foi realizada no dia 8 de março. No início da solenidade, o juiz fez uma homenagem às mulheres presentes, destacando a relevante participação da mulher em todos os setores da sociedade. Além disso, ele entregou certificados de excelência na prestação dos serviços funcionais às servidoras Leila Maria Silveira Cavalcante Aires e Verbena Almeida Cardoso, pelo desempenho no ano de 2011. “São servidoras que se entregam ao desempenho de suas funções, indo muito além do simplesmente exigido. É deste tipo de pessoas que o Poder Judiciário necessita”, frisou David. Entre as práticas disseminadas, o magistrado destacou a prevenção de invasão do fórum, através da entrega de armas, que ficavam ali depositadas, à Polícia Militar (para guarda ou destruição, conforme a situação dos processos a que se encontrem vinculadas) e fim do recebimento de pagamento de valores na Secretaria Judicial. Foi implantado o sistema audiovisual de gravação de audiências, adquirido com recursos do próprio magistrado. Outro destaque na comarca é o projeto de conscientização sobre a importância do voto dos jovens, realizado através de palestras e de concurso de redação, com a oferta de prêmios aos três primeiros colocados (notebook, celular e coleção de livros de literatura, respectivamente). Essa prática, aliás, recebeu destaque na imprensa nacional. Sobre a prática “Transação Penal com Transparência e Responsabilidade Social”, David Mourão observou que consiste na reversão dos valores obtidos em transação penal, no rito do Juizado Especial Criminal, em favor de realizações de cunho social e com a subsequente prestação de contas, em audiência pública, dos valores obtidos e de suas destinações. Por conta disso, a comarca conseguiu, em 2011, a aquisição de decibelímetro para utilização pela Polícia Militar de Passagem Franca, dois computadores para a PM deste município e de Lagoa do Mato, cestas básicas para distribuição entre famílias carentes



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

(inclusive de detentos) por ocasião das festividades de fim de ano e dos prêmios distribuídos entre os vencedores do projeto “Conscientização sobre a Importância do Voto Jovem nas escolas da Comarca de Passagem Franca e no Município de Buriti Bravo”. Ainda na audiência, foram ressaltadas a produtividade e a operosidade da comarca, com saldo bastante positivo, apesar de estar com o quadro de servidores incompleto. No ano de 2011, foram proferidas 207 decisões, realizadas 485 audiências e 11 sessões de Júri, distribuídos 483 processos e sentenciados 588, uma produtividade que alcançou 121,73%. Ao concluir, o juiz ressaltou que as metas do Conselho Nacional de Justiça para a Justiça de 1º Grau, no ano de 2011, foram plenamente cumpridas. Essas metas eram: implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal; julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal, e implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

* * *



Audiência pública em Lagoa do Mato e Buriti Bravo. Juiz David Mourão.

44ª zona eleitoral promove audiências públicas



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

Mais de 600 pessoas participaram nos dias 9 e 10 de agosto de audiências públicas promovidas pelo juiz David Mourão Guimarães de Morais Meneses, titular da 44ª zona eleitoral, cujo município sede é Passagem Franca.

O magistrado se reuniu com a população das cidades de Buriti Bravo e Lagoa do Mato (termos judiciários) para dar explicações sobre a legislação eleitoral válida para as eleições 2012 e ainda para falar acerca do funcionamento da urna eletrônica e do quanto ela é segura.

IV – DO ENGAJAMENTO NAS METAS NACIONAIS

Outra preocupação da Comarca de Passagem Franca é o cumprimento das metas traçadas pelo Poder Judiciário em âmbito estadual e nacional.

O cumprimento da Meta nº 01/2012 (de julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012) ficou sobejamente demonstrado no capítulo primeiro deste relatório. Além disso, procurou-se cumprir, adequadamente, as Metas 3 e 4 da Estratégia Nacional de Segurança Pública (quanto aos processos de Procedimento do Tribunal do Júri):

Passagem Franca conclui metas do ENASP

O Juiz David Mourão Guimarães de Morais Meneses, titular da Comarca de Passagem Franca, presidiu na última semana de setembro a décima sessão do Tribunal do Júri. O réu Pedro Bandeira de Sousa foi absolvido pelo conselho de sentença.

De acordo com David Meneses, foi o planejamento traçado desde que tomou posse em Passagem Franca que possibilitou uma certa tranquilidade para o cumprimento das Metas 3 e 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP). O juiz assumiu na comarca em janeiro do ano passado.

“Só nos resta alcançar a fase de pronúncia em um processo por crime de homicídio instaurado até 31 de dezembro de 2008, referente à meta 3, e julgar outro relativo a processo distribuído até 31 de dezembro de 2007, referente à meta 4. A previsão é de que ambos sejam concluídos até dia 26 de novembro”, ressaltou.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

“Desta maneira teremos ultrapassado as metas estipuladas, pois, inclusive, já realizamos sessões de Júri relativas a processos distribuídos após 31 de dezembro de 2007 e já pronunciamos alguns instaurados após 31 de dezembro de 2008”, concluiu David.

No ano de 2011, foram realizadas outras dez sessões de julgamento pelo Tribunal Popular da comarca de Passagem Franca, todas presididas por David Mourão Meneses.

Sobre as metas do ENASP - A Meta 3 da Enasp prevê que, até 31 de dezembro deste ano, tenham sido proferidas sentenças de pronúncia em todas as ações penais por crimes de homicídio doloso ajuizadas até a data de 31 de dezembro de 2008.

A sentença de pronúncia é aquela por meio da qual o juiz admite a existência de indícios de crime doloso contra a vida e, em função disso, define que o caso deve ir a júri popular.

A Meta 4, por sua vez, tem também até 31 de dezembro deste ano como prazo para o julgamento de todas as ações penais contra crimes de homicídio doloso distribuídas até 31 de dezembro de 2007.

Os objetivos traçados pelo Conselho Nacional de Justiça, relativamente à Semana Nacional da Conciliação/2012, também foram plenamente alcançados nesta comarca, inclusive com a realização de audiências durante o final de semana, conforme se depreende da leitura da notícia abaixo, veiculada no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Passagem Franca: 103 acordos em 196 audiências realizadas na Semana da Conciliação

Um total de 196 audiências e 103 acordos. Os números refletem o resultado da Semana Nacional da Conciliação na comarca de Passagem Franca. Segundo o titular da unidade, juiz David Mourão Guimarães de Moraes Meneses, o total de audiências designadas para o evento foi de 196.

Das audiências efetivamente realizadas, 58 foram Cíveis, 52 do Juizado Cível e 72 do Juizado Criminal.

O valor global referente aos acordos foi de R\$ 83.019,00 (R\$ 13.767,00 na Justiça Cível Comum – 27 acordos - e R\$ 69.252,00 no rito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – 76 acordos).



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

“Oportuno ressaltar que os valores dos acordos entabulados em pensões alimentícias não foram aí incluídos, por se tratar de prestação pecuniária de execução diferida por tempo indeterminado”, observa David Mourão.

Intuíto alcançado - “Percebe-se, portanto, que o intuíto da Semana Nacional da Conciliação foi devidamente alcançado e que todos os processos passíveis de transação foram incluídos na pauta desta. Só não foram realizadas mais audiências, portanto, devido à inexistência de processos que nela pudessem ser enquadrados. Ainda restou espaço na pauta dos dias 13 e 14 de novembro. Ressalto, finalmente, que foram realizadas 29 audiências no final de semana, sendo 15 no sábado e 14 no domingo, conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça” conclui o juiz.

V – DAS PRIMEIRAS REALIZAÇÕES DE 2013

O presente relatório é elaborado apenas nesta data devido às constantes dificuldades com acesso à internet na Comarca e pelo fato de desde 19 de novembro de 2012 o magistrado signatário responder cumulativamente pela Comarca de Buriti Bravo/MA. Desse modo, aproveita-se o ensejo para já adiantar algumas realizações, dignas de menção, efetivadas no primeiro trimestre do ano em curso.

Inicialmente, ressalta-se a manutenção da prática de realização de audiências públicas. No último dia 21 de janeiro (segunda-feira), foi realizada mais uma com o intuito de prestar contas à comunidade dos serviços judiciais desenvolvidos na comarca durante o ano de 2012. Fato também noticiado no *site* do TJMA.

Passagem Franca: prestação de contas e desempenho da comarca na pauta de audiência pública

Uma audiência pública que teve início às 8h30 da manhã desta segunda-feira (21), no Salão de Júri do Fórum Desembargador Carlos César de Berredo Martins, na Comarca de Passagem Franca, tem por objetivos a análise do desempenho da Justiça local e colocar a comunidade a par da prestação de contas da comarca.

Entre os convidados para a audiência, os prefeitos de Passagem Franca e Lagoa do Mato (termo), vereadores, delegado, advogados e a comunidade em geral.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

À frente do evento, o titular da comarca, juiz David Mourão Guimarães de Moraes Meneses, aproveita a reunião para proceder à entrega de certificado de dispensa de três anos para os 55 jurados que participaram das 12 sessões do Tribunal do Júri realizadas pela comarca em 2012.

Projetos – Continuam abertas na Comarca de Passagem Franca, até o próximo dia 31, as inscrições para o processo de seleção de projetos a serem custeados com recursos do Poder Judiciário (prestações pecuniárias, sursis, suspensão condicional do processo ou transação penal).

Segundo edital assinado pelo juiz David Mourão tratando do tema, baseado no Provimento nº 10/2012 da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, podem se inscrever entidades públicas ou privadas com comprovada finalidade social e sem fins lucrativos, constituídas há pelo menos um ano e dirigidas por pessoas com reputação ilibada.

Os projetos, que devem ter caráter educativo (escolar ou esportivo), podem ser entregues na sede do fórum de Passagem Franca - Rua Joaquim Távora, s/n, Centro), de segunda à sexta-feira, das 8 às 18h, ou enviados pelos Correios, “desde que chegue ao seu destino dentro do prazo mencionado”, diz o edital.

O resultado da seleção será divulgado no site do Poder Judiciário do Maranhão, na página da Corregedoria Geral da Justiça, até o dia 10 de fevereiro.

Merece especial destaque a integral adequação da Comarca de Passagem Franca, de forma pioneira, às exigências da Resolução nº 154/2012 do Conselho Nacional de Justiça e do Provimento nº 10/2012 da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. A Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral de Justiça divulgo o fato da seguinte maneira.

Passagem Franca abre seleção para projetos a serem custeados com recursos de prestações pecuniárias

A Comarca de Passagem Franca dá início, nesta terça-feira (15), ao “processo de seleção de projetos a serem custeados com recursos financeiros arrecadados com as prestações pecuniárias, sursis, suspensão condicional do processo ou transação penal”. A medida consta de edital assinado pelo titular da comarca, juiz David Mourão Guimarães de Moraes Meneses.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

O prazo para a inscrição dos projetos se encerra no próximo dia 31. Os projetos devem ser entregues na sede do Fórum de Passagem Franca (Rua Joaquim Távora, s/n, Centro), de segunda à sexta-feira, das 8 às 18h, ou enviados pelos Correios, “desde que chegue ao seu destino dentro do prazo mencionado”, diz o edital.

Reputação ilibada - Segundo o documento (Edital 01/2013), podem se inscrever entidades públicas ou privadas com comprovada finalidade social e sem fins lucrativos, constituídas há pelo menos um ano e dirigidas por pessoas com reputação ilibada.

Entre os documentos exigidos para a inscrição, o projeto a ser desenvolvido no âmbito da comarca; certidões de antecedentes Cíveis e Criminais dos dirigentes, certidões de quitação de tributos federais, estaduais e municipais; certidão de quitação eleitoral, certidão de quitação militar (para dirigentes do sexo masculino).

Educação - Os projetos devem ter caráter educativo (escolar ou esportivo) para crianças e adolescentes. “Há várias linhas de atuação. Eu priorizei a educação”, explica o magistrado referindo-se à Resolução 154, do Conselho Nacional de Justiça, que “define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária”.

Segundo a resolução, os recursos oriundos dessa prestação, “quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados a entidade pública ou privada, com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde”.

O tema também é objeto do Provimento nº 10/2012, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Prêmios - Nas palavras do juiz, antes da legislação a própria comarca encabeçava o projeto. “Desde que cheguei aqui (Passagem Franca) assumi projetos sociais com valores oriundos de prestações pecuniárias. Agora, é necessário o edital convocando as entidades”, explica David, ressaltando a aquisição de computadores e concursos de redação cujos prêmios eram custeados com as verbas referidas.

O juiz afirma que são mais de R\$ 10 mil em caixa para serem revertidos para as fundações cujos projetos forem aprovados. O dinheiro está depositado em conta judicial aberta desde outubro e que atende ao determinado na resolução do CNJ.

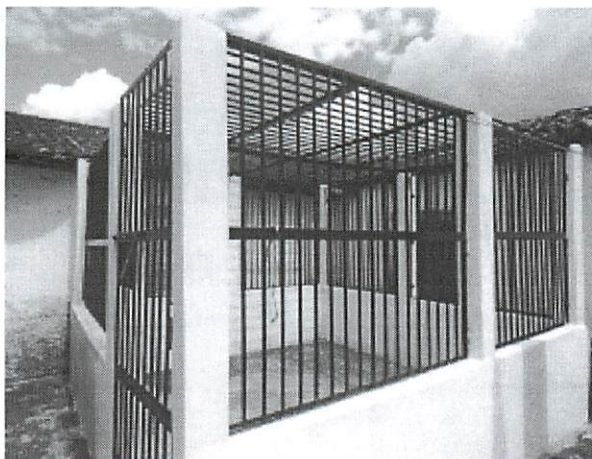
De acordo com o juiz, a análise dos projetos inscritos verificará, entre outros itens, documentação e linha de execução. A partir da aprovação, a entidade terá o prazo de 60 dias para executar o projeto, afirma o magistrado.

O resultado da seleção será divulgado no site do Poder Judiciário do Maranhão, na página da Corregedoria Geral da Justiça, até o dia 10 de fevereiro.

* * *



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA



Cela para banho de sol, em delegacia de Passagem Franca

Projeto do Judiciário em Passagem Franca custeia cela de delegacia

A Justiça em Passagem Franca deu continuidade ao projeto “Transação Penal com Transparência e Responsabilidade Social”, e a instituição beneficiada foi a Delegacia de Polícia do município, que recebeu uma cela especial para banho de sol dos presos. O projeto vem sendo desenvolvido na comarca desde janeiro de 2011, quando o juiz David Mourão Meneses assumiu a titularidade.

A obra, no valor de R\$ 12.527,00 foi custeada com recursos oriundos de transações penais, nos termos da Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais).

“É oportuno ressaltar que esta obra foi iniciada antes do Provimento nº 10/2012, da Corregedoria Geral da Justiça, sendo a última obra de manutenção da Delegacia de Polícia custeada com estes recursos. A partir de agora, conforme já divulgado no site da CGJ-MA, todos os valores desta natureza serão destinados para manutenção de um projeto social relativo à educação de crianças e adolescentes por meio da prática esportiva, com início previsto para abril”, declarou David Meneses.

Até abril, serão recebidos os tatames, para a área de treinamento de várias artes marciais. A modalidade será o judô, esporte que recentemente foi eleito pela Unesco como a melhor modalidade para educação de pessoas na faixa etária de 4 a 21 anos de idade”, ressaltou. Ele adiantou, também, que o projeto tem a intenção de implementar, posteriormente, prática da capoeira.

Para participar do projeto “Caminho Suave para a Cidadania”, os interessados necessitarão estar matriculados em escolas do ensino regular e ter boa frequência e satisfatório interesse nas aulas e avaliações. Deverão ter, ainda, boa conduta familiar e social. Os detalhes finais do projeto ainda estão sendo concluídos, mas o Ministério Público Estadual e a Prefeitura de Passagem Franca já sinalizaram de maneira positiva. “Importante ressaltar que o termo “caminho suave”, incluído no nome do projeto, decorre de ser a tradução do nome judô, oriundo do idioma japonês”, esclarece David.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PASSAGEM FRANCA

Projetos na comarca - Desde a sua criação, os recursos obtidos pelo projeto “Transação Penal com Transparência e Responsabilidade Social” já foram revertidos para aquisição de grade de ferro para a Delegacia de Polícia Civil local, de cestas básicas para a população economicamente menos favorecida e para as famílias de presos, de decibelímetro para uso da Polícia Militar e para manutenção de viatura.

Outro trabalho desenvolvido pela comarca foi o projeto “Conscientização sobre a importância do voto jovem nas escolas da Comarca de Passagem Franca e do município de Buriti Bravo”, tendo inclusive repercussão na imprensa nacional.

Estas foram, em apertada síntese, as principais realizações da Comarca de Passagem Franca no ano de 2012 e no primeiro trimestre de 2013.

Passagem Franca, 02 de abril de 2013.

David Mourão Guimarães de Moraes Meneses

JUIZ DE DIREITO